

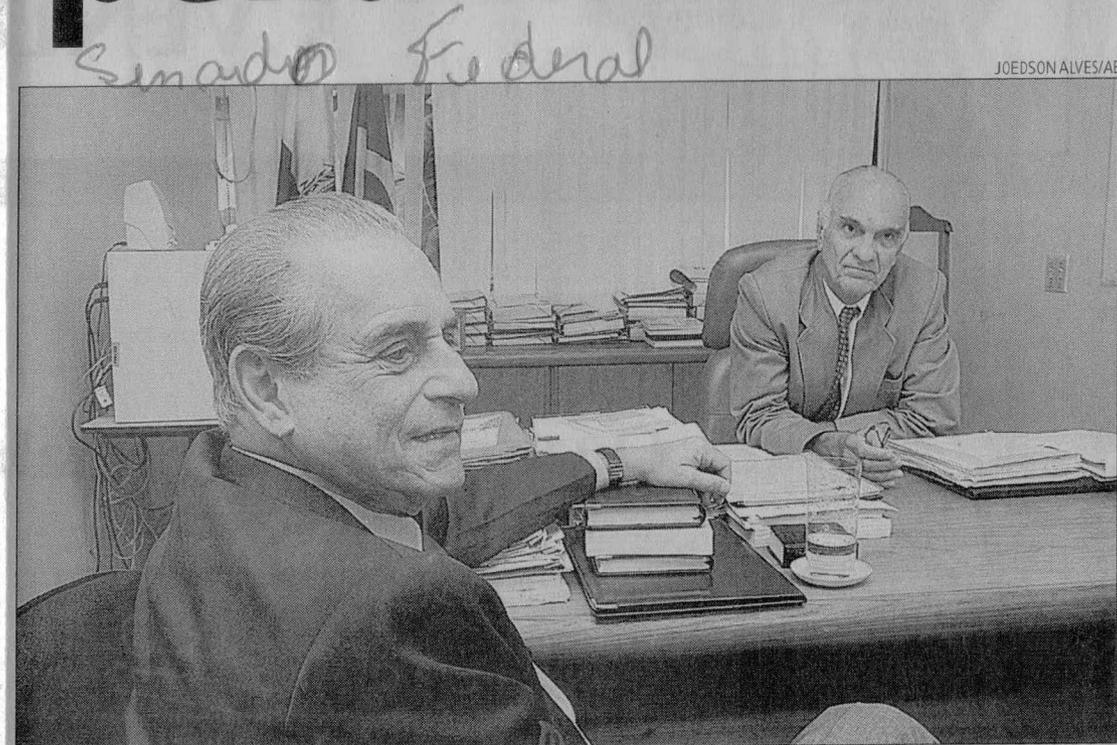
Tebet defende pena máxima

305
SE AS DENÚNCIAS FOREM PROVADAS, ACM E ARRUDA DEVERÃO SER PUNIDOS COM A PERDA DO MANDATO

O Conselho de Ética do Senado decidiu apressar os trabalhos de investigação da violação do painel eletrônico no dia em que o ex-senador Luiz Estevão Oliveira (PMDB-DF) foi cassado. Serão realizadas três reuniões semanais. Na próxima terça-feira o conselho ouve os depoimentos dos funcionários do Prodasen (centro de processamento de dados do Senado), envolvidos na violação do painel eletrônico. Serão ouvidos Ivar Alves Ferreira (marido de Regina Borges, que depôs ontem confirmando ter violado o sistema obedecendo ordens

dos senadores José Roberto Arruda e indiretamente de Antonio Carlos Magalhães), Heitor Ledur, Hermílio Gomes da Nóbrega, Domingos Lamoglia de Sales Dias (lotado no gabinete de Arruda e acusado de ter recebido a lista com os nomes dos senadores) e Sebastião Gazolla Costa Júnior, ex-funcionário da empresa Eliseu Kopp, fornecedora do sistema eletrônico. A expectativa do presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), e do relator do processo, Saturnino Braga (PSB-RJ), é ouvir as explicações de Arruda e ACM nas próximas quinta e sexta-feiras. "Não haverá choque, tudo será conversado e acertado com eles para que as datas sejam marcadas quando for melhor para cada um", afirmou Tebet, evitando criar novos conflitos. "O caso é gravíssimo e não deve demorar muito para buscar uma solução." Se os senadores concluírem que a ordem de violação

partiu de ACM e Arruda, ambos correm o risco de serem submetidos ao processo de cassação. "Se comprovada a responsabilidade deles, o caso é de pena máxima, que é cassação", opinou Tebet. A discussão, apenas no Conselho de Ética, sobre a possibilidade de cassar os senadores deve levar no mínimo de 25 a 30 dias. O regimento interno do Senado permite prazos para defesa, debate e, por último, votação. Se aprovada a cassação, será a vez da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), obedecendo o período de dez sessões, abrir processo para analisar se houve ou não quebra de decóro parlamentar - prática de atos que ferem a imagem do Senado, como violação de regras e mentira. Se a conclusão for de que houve quebra de decóro, será a vez de os senadores votarem (secretamente) o pedido de cassação no plenário. "Apesar do julgamento sobre quebra de decóro ser relativo,



RAMEZ Tebet e Saturnino Braga vão imprimir ritmo acelerado no Conselho de Ética do Senado

há aspectos muito evidentes sobre o que desrespeita a imagem da instituição", explicou o senador Jefferson Péres (PDT-AM), considerado uma das principais autoridades jurídicas do Senado. "Se ficarem provadas as acusa-

ções contra os dois senadores, eles poderão ser julgados por dois crimes: violação de uma norma e mentira." Luiz Estevão foi cassado em junho do ano passado por ter mentido para os senadores ao negar que era sócio do

empresário Monteiro de Barros. O processo de cassação do ex-senador demorou seis meses. Segundo integrantes do conselho, é impossível calcular quanto tempo poderá levar o processo envolvendo ACM e Arruda.

JOEDSON ALVES/AE